

Richard Gunther, José Ramón-Montero e Juan J. Linz (orgs.), **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**, col. «Comparative Politics», Oxford, Oxford University Press, 2002, 361 páginas.

A presente recolha de estudos sobre partidos políticos está dividida em três partes: «reconceptualização dos partidos e da concorrência partidária»; «reexame da organização partidária e dos modelos de partidos»; «revisita às ligações partidárias e às atitudes em relação aos partidos».

Esta estratégia discursiva do «reestudo» começa pela «reconceptualização». Hans Daalder assina uma brilhante crítica das críticas universitárias aos partidos; é pena que a sinopse nem sempre seja temporalizada ou localizada e não inclua nomes de indubitável relevância histórica no campo da crítica aos partidos, como o de Ch. Maurras, aparentemente por não ter sido académico. Hans-Jürgen Pühle estuda a pertinência actual do partido *catch-all* e conclui que talvez tenha sido exagerado o anúncio da sua morte. Stefano Bartolini procura demonstrar a insuficiência das teorias da concorrência eleitoral, tipificando quatro situações partidárias que considera estarem fora do alcance da análise económica — «contestabilidade», «disponibilidade», «decidibilidade» e «vulnerabilidade» —, mas não prova que essas situações são insusceptíveis de tratamento matemático ou analítico em termos de mercado.

A segunda parte é consagrada à orgânica partidária. Richard S. Katz e Peter Mair, os introdutores da noção de partido «cartel», um tipo de partido posterior ao *catch-all* e muito dependente do Estado, estudam a mudança orgânica dos partidos nas democracias do século xx e analisam a evolução dos três modelos clássicos de partidos — de quadros, de massas e *catch-all* —, distinguindo três géneros de situação dos partidos: no terreno, na sede nacional e no exercício de cargos públicos; os autores referem investigação empírica que mostra o aumento dos recursos consagrados aos grupos parlamentares, o que reforça a tese segundo a qual o exercício de cargos públicos é hoje o momento dominante.

Steven B. Wolinetz faz a historiografia crítica dos conceitos de partidos de quadros, de massas, *catch-all* e cartel nas democracias contemporâneas e procura explorar o pós-partido *catch-all*, recorrendo a um triângulo de tipos de acção partidária (ou de tipos de partidos): partido de votos, de políticas, de cargos. Serenella Sforza estuda com vigor a reorganização do Partido Socialista francês após o congresso de Epinay (1971) e para explicar o seu êxito defende a teoria de que a existência de facções ajuda o crescimento partidário em certas circunstâncias; o argumento omite o papel de François Mitterrand, que estimulou aquelas facções — aliás anteriores a ele — para aumentar o seu poder pessoal; a autora esboça argu-

mentos abstractos a favor da sua tese, mas não fornece outros casos históricos que abonem a sua teoria.

Gunther e Jonathan Hopkin produzem uma excelente análise do «colapso» da União do Centro Democrático (UCD) espanhola, atribuído à fraca institucionalização do próprio partido; essa fraqueza deu margem de manobra aos «barões» vindos das formações federadas na União, mas despreza que Adolfo Suarez, o carismático fundador da UCD, passava mal na televisão, o que era inadequado ao dirigente *catch-all*, tinha uns fumos de passado franquista e por isso as vitórias eleitorais da UCD reduziam-lhe a zero a utilidade marginal — pois essas vitórias mostravam que a democracia estava estabilizada em Espanha e a capacidade de obter essa estabilização era o único monopólio valioso do ex-jovem e promissor falangista. O ensaio é baseado em entrevistas anónimas aos principais actores; *cognoscenti* divertiram-se a identificar os entrevistados.

A terceira parte — sobre as ligações sociais dos partidos — compreende três ensaios: Jean Blondel estuda a relação entre o «patrocínio» partidário e o declínio dos partidos na Europa ocidental; esse patrocínio parece englobar tanto o que se apresenta como tal como a corrupção pura e simples, e esta miscigenação coloca, ela própria, problemas particulares. Mariano Torcal, Gunther e Montero analisam os sentimentos antipartidários na Europa do Sul e consideram-nos singularmente está-

veis em Portugal, Itália, Espanha e Grécia (é este o único ensaio que estuda com algum método a situação portuguesa). Juan Linz, o patriarca da aplicação do conceito de «autoritarismo» pela ciência política, procura identificar «problemas e paradoxos» dos partidos políticos nas democracias contemporâneas com base numa análise a que não é estranha a noção de «cultura política».

A presente recolha de textos propõe-se contribuir para uma teoria de «alcance médio» dos partidos mediante o reexame crítico das «antigas tipologias, conceitos e pressupostos», nas palavras introdutórias de Gunther. Este propósito kantiano vai de par com um outro, mais finalista: a refutação do discurso sobre a crise dos partidos. Hans Daalder escreve, por todos (ou quase todos) os contribuintes: «Todos nós falamos da crise dos partidos» (p. 39).

Talvez falemos. Mas não é claro que falemos todos da mesma crise. Será a crise da teoria sobre os partidos, registada pela presente obra?

Será, na esteira da «cultura política», a convicção de que piorou a opinião pública sobre os partidos políticos? Torcal, Gunther, Montero e Linz parecem concordar que os partidos políticos entram em crise se a opinião pública tiver má opinião deles. Katz e Mair também, pois parecem fazer depender da «hipotética cartelização dos partidos [...] o evidente aumento nos últimos anos dos sentimentos de alienação em relação aos partidos políticos» (p. 134). Juan Linz vai mais longe e pergunta

no ensaio conclusivo «se o descontentamento e a desconfiança em relação aos partidos e aos políticos» podem crescer e generalizar-se sem «despertarem a rejeição da própria democracia representativa» (p. 315).

Mas os estudos agora reunidos não mobilizam os meios necessários para demonstrar a seguinte tese: a opinião pública sobre os partidos é hoje pior do que ontem; com efeito, data de 1985 o mais antigo estudo de opinião citado.

O mais certo é ser tal tese indemonstrável. Tocqueville já escrevia, em estilo neutro: «se os homens que dirigem as aristocracias procuram às vezes corromper, os chefes das democracias revelam-se, eles próprios, corruptos» (*De la démocratie en Amérique*, I, 2.^a parte, cap. 5.^o, p. 313, ed. Garnier-Flammarion de 1981).

Political Parties também não demonstra que partidos políticos mal-vistos pelos cidadãos não podem estar bem legitimados se se inserirem em instituições legítimas e forem eles próprios eficazes enquanto organizações políticas.

A crise dos partidos será a crise da *freezing proposition*, a histórica hipótese avançada por Stein Rokkan, que vários dos autores reunidos em *Political Parties* parecem aceitar? Será a ideia pressuposta — como os organizadores gostam de dizer — de que um partido, para não estar em crise, tem de ter uma dada organização? Será a combinação de todos estes elementos, de apenas alguns deles, deles com outros ainda?

Estas articulações são tão respeitáveis como discutíveis.

É antiga a crise da tese da «congelamento» de Rokkan, acima referida, segundo a qual os partidos políticos tinham ficado «congelados» nas clivagens sociais dos anos 1920; parece ter deixado saudades em muitos; porém, esta teoria, digna ou indigna de saudade, mesmo com os aperfeiçoamentos que Seymour M. Lipset lhe introduziu, nunca explicou a política, pois é uma teoria sobre consequências da estratificação social em orgânicas políticas.

A teoria das «clivagens», frescas ou congeladas, exigia que os partidos tivessem uma dada organização estável, com sócios ligados de forma perceptível a um grupo social; sem essa estabilidade orgânica, as clivagens seriam imperceptíveis pela estatística: mas esse tipo de organização começou a desaparecer na Europa ocidental em meados do século passado; o desaparecimento deste tipo de partidos, porém, não pode só por si ser tomado por sinónimo de crise dos partidos. Para isso teríamos de adoptar uma atitude normativa, tão comum no discurso sobre os partidos: os partidos de massa têm participação dos cidadãos e por isso são melhores do que os partidos que a não têm; o partido *catch-all* é aceitável na medida em que tenha alguma participação; o partido cartel inaceitável por não ter quase nenhuma participação. Talvez deva ser assim. Mas esta proposição é normativa.

Os autores dão por adquirida a possibilidade epistemológica de uma

teoria dos partidos desligada de uma teoria da política e da sociedade. Sucede, porém, que está por demonstrar essa possibilidade. A dimensão teórica do argumento desta obra fica enfraquecida pela ausência dessa demonstração.

Political Parties: Old Concepts and New Challenges tem várias originalidades: quanto aos autores, reúne cientistas sociais veteranos, de meia-idade e jovens; quanto aos objectos de estudo, encontra-os sobretudo nos dois Estados peninsulares — em particular em Espanha — e na América Latina.

A obra não aprofunda a ligação entre o partido e os instrumentos de democracia directa (sondagens, referendos); essa ligação só é feita no registo da exclusão mútua, a qual, sendo sustentável no plano teórico, não dá conta de toda a realidade, pois nela coexiste cada vez mais (sobretudo na Europa) a articulação entre referendo e partido.

A relação dos partidos com o dinheiro — e a corrupção — é referida várias vezes (pp. 5 e 24, entre outras). Blondel aborda-a de cernelha. Katz e Mair comentam-na para reforçarem a dimensão estatal dos partidos políticos, destacando que os ministérios das finanças os subsidiavam. Mas fica por estudar o que parece ter sido uma alteração qualitativa, no final do século xx, nas duas margens do Atlântico norte: algures em meados dos anos 1980, a política encareceu de repente, o que afectou o modo de ser e de agir dos partidos políticos. Terá sido assim? Se foi,

em que contexto? Se não foi, por que está tão espalhada, tanto na Europa ocidental como nos EUA, a ilusão do novo poder do dinheiro na política?

Political Parties: Old Concepts and New Challenges começa por propor mais estudos teóricos, pela pena de Gunther, e acaba pela mão de Linz, a sugerir mais estudos empíricos sobre a forma como os cidadãos vêem os partidos e os políticos. As pulsões opostas destes dois objectivos revelam que a presente recolha de textos tem um sopro filosófico mais poderoso do que a maioria das congéneres — mais didácticas, mais afirmativas, por vezes mais enciclopédicas. Aquela afirmação é bem verdadeira no que toca ao ensaio conclusivo de Linz.

LUÍS SALGADO DE MATOS